# PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

**Cláusula 1.ª - Objeto**

O objeto de contrato consiste na **"Aquisição de serviços de Gestão de Óleos Alimentares Usados, incluindo a instalação de 31 oleões de exterior, recolha e transporte",** de acordo com as características descritas na parte II do presente Caderno de Encargos.

**Cláusula 2.ª - Contrato**

1 - O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2 -O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente param a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente caderno de encargos;

d) A proposta adjudicada,

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergências entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo como disposto no artigo 99.º, do Código de Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

**Cláusula 3.ª - Prazo da prestação de serviço**

O contrato inicia com a sua assinatura e mantêm-se em vigor durante 3 anos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da sua cessação.

**Cláusula 4.ª - Elementos que devem ser indicados na proposta**

A proposta deve mencionar expressamente que ao preço indicado acresce IVA à taxa legal em vigor e fazer-se acompanhar da Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborado em conformidade

com o Modelo constante do Anexo I, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante legalmente autorizado.

**Cláusula 5.ª - Objeto do dever de sigilo**

1 – O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, à exceção dos técnicos intervenientes na aquisição de serviços, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Excluem-se do dever de sigilo previsto no número anterior a informação e documentação que sejam comprovadamente domínio público à data da respetiva obtenção das mesmas pelo adjudicatário ou o que este seja legalmente obrigado a revelar por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 – O Adjudicatário responde perante a Entidade Adjudicante pela violação do dever de sigilo e pela quebra da confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1 da presente Cláusula.

**Cláusula 6.ª - Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Cláusula 7.ª - Preço base**

O preço base, sendo o entendido como preço máximo que o Município se dispõe a pagar no presente procedimento é de 15,00 euros mensais por oleão, até a um limite contratual, que no presente procedimento é de 16.740,00€ (dezasseis mil, setecentos e quarenta euros).

**Cláusula 8.ª - Preço contratual**

1 – Pela aquisição de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade contratante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, seguros, encargos e despesas inerentes à prestação do serviço.

**Cláusula 9.ª - Condições de pagamento**

1 - A quantia devida pela Entidade Adjudicante, será paga mensalmente no prazo de 30 dias, após a receção da respetiva fatura, a qual só será emitida após a realização da prestação do serviço.

2 - Da fatura deverá constar, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 8/2012, de 21/2, na sua redação atual, o número de compromisso, sob pena de devolução daquela e consequente não reconhecimento da obrigação.

3 – Serão apresentadas faturas correspondente aos serviços prestados sendo os mesmos validados pelo Gestor do Contrato.

**Cláusula 10.ª - Caução**

Não é exigível a prestação de caução.

**Cláusula 11.ª - Penalidades Contratuais**

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade contratante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade contratante pode exigir-lhe uma pena pecuniária a 20% do preço contratual.

b) Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade contratante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

c) A entidade contratante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

d) As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade contratante exija uma indemnização pelo dano excedente.

**Cláusula 12.ª - Atraso nos pagamentos**

1 - Em caso de atraso do primeiro outorgante no cumprimento das obrigações pecuniárias emergentes do presente contrato, tem o segundo outorgante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada pelo período correspondente à mora.

2 - A obrigação de pagamento de juros de mora vence-se imediatamente, sem necessidade de novo aviso, consoante o caso, uma vez vencida a obrigação pecuniária decorrido o prazo previsto no n.º 1 da cláusula 9.ª e sem prejuízo do estabelecido no n.º 2 desta mesma cláusula.

**Cláusula 13.ª - Incumprimento do contrato**

1 - No caso do adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, o contraente público notificá-lo-á dentro do prazo de 5 dias para efeitos de audiência prévia.

2 - Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo acima referido, o contraente público pode optar pela efetivação das prestações de natureza fungível em falta, ou por resolver o contrato em fundamento em incumprimento definitivo, nos termos do disposto no artº 333º do CCP.

**Cláusula 14.ª - Obrigação da manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

**Cláusula 15.ª - Força maior**

1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos no número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratos do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratos;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou propagações se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada a outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 16.ª - Resolução por parte da entidade adjudicante**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Município de Amarante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incubem.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

**Cláusula 17.ª - Resolução por parte do adjudicatário**

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos nas alíneas do nº 1 do artigo 332º do CCP.

**Cláusula 18.ª - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal, Administrativo e Fiscal de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 19.ª - Cessão de posição contratual e subcontratação**

Não há lugar a cessão da posição contratual e não é permitida a subcontratação.

**Cláusula 20.ª - Comunicações e notificações**

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código de Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contrato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 21.ª - Contagem de prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 22.ª - Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

**PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS**

A presente prestação de serviços tem como objetivo a instalação de uma rede de oleões para a correta separação e deposição de Óleos Alimentares Usados (OAU), com proveniência doméstica produzidos pelos cidadãos do Município de Amarante, bem como a prestação de serviços de recolha seletiva, transporte e encaminhamento para tratamento diferenciado/valorização dos OAU, de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro.

Para cumprimento do definido na subalínea iii) da alínea b) do n.º 2 do artigo.º 8 do diploma legal acima referido, devem ser instalados, na área do Município, trinta oleões de rua, em trinta locais de recolha a definir, para utilização pelos munícipes.

Nas instalações da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, deverá ser instalado um oleão para deposição dos óleos que os serviços vão recolhendo esporadicamente e que são deixados em vários locais.

***Características técnicas do equipamento a instalar:***

- O oleão deve ser constituído por uma caixa exterior robusta, totalmente estanque quando fechado, que no seu interior deve possuir um reservatório, anti-derrame, igualmente estanque, onde serão depositadas as embalagens que contêm os OAU.
- O oleão deve ser dotado de um sistema de fecho eficaz, tipo antirroubo, e deverá ficar fixo ao chão.

- O oleão deverá ser dotado, em termos de abertura para receção dos OUA, de um sistema que permita a entrada das embalagens, mas não a sua saída, permitindo a entrada de embalagens até seis litros de capacidade.
- O oleão deve cumprir as normas comunitárias para acondicionamento de resíduos.
- O oleão deverá estar devidamente identificados, devendo conter menções de cariz informativo, nomeadamente o propósito a que se destina, mensagens de sensibilização e um local onde possa ser afixado o logo do Município.
- Rede de oleões formada por 31 unidades.

***Compromissos do prestador de serviços com o equipamento instalado***

- Assegurar a limpeza e higienização do equipamento, aquando da recolha dos OAU, assim como da área pública circundante ao mesmo (1.5 metros de raio).
- A higienização exterior do oleão deverá ser manual e deverá aplicar um desengordurante biodegradável. A higienização da área circundante ao oleão deverá ser realizada com recurso a máquina de pressão de água.
- Assegurar que no prazo máximo de 48 horas, após comunicação pelo Município, de algum ato de vandalismo, acidente ou rotura com fuga, procede às tarefas de recolha de OAU, limpeza, manutenção/reparação/substituição do equipamento, e/ou da via pública circundante.
- Da intervenção realizada deverá ser elaborado relatório a enviar ao Município.

***Deveres do prestador de serviços***

- Garantir o bom funcionamento dos oleões instalados no Município.
- Disponibilizar mapas mensais discriminando os quantitativos recolhidos por oleão instalado.
- Reportar toda e qualquer não conformidade ou incidente registado, no prazo máximo de 72 horas após o seu conhecimento, com indicação das medidas corretivas.
- Proceder de acordo com a legislação em vigor, no referente ao preenchimento das guias de acompanhamentos de resíduos (e-GAR).

Assinado com Assinatura Digital Qualificada
por: JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE
Município de Amarante
De acordo e para efeitos do disposto no Art. 34º e 35º da Lei 75/2013, de 12 de setembro
Presidente da Câmara Municipal
Data: 03-11-2020 14:45:13

globaltrustedsign.com